



CONTRATAÇÃO PÚBLICA



João Cordeiro, presidente da Quillaban e ex-presidente da ANF

Luz Saúde, Sonae e empresa de ex-líder da ANF na lista

■ No grupo de empresas com as quais o Ministério da Saúde fez negócios sem contrato escrito, no âmbito do combate ao Covid-19, estão a GLSMED TRADE, do Grupo Luz Saúde; a Modalfa - Comércio e Serviços, do Grupo Sonae; e a Quillaban, presidida por João Cordeiro, ex-líder da Associação N. de Farmácias (ANF). ●

O Ministério da Saúde adquiriu equipamentos de proteção individual contra o novo coronavírus, como máscaras, para várias instituições

Negócios milionários são feitos sem contrato

CASO ➤ Ministério de Marta Temido compra, por ajuste direto, proteções individuais contra o Covid-19 sem fazer contrato escrito com os fornecedores **CAUSA** ➤ SPMS diz que “urgência imperiosa” na aquisição de equipamentos dispensa documento

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Ministério da Saúde está a fazer negócios milionários, por ajuste direto, sem assinar contrato escrito com os fornecedores dos equipamentos de proteção individual, como máscaras e álcool-gel, contra o contágio da Covid-19. A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) diz que “a urgência imperiosa” das compras dispensa contrato escrito. João Paulo Batalha, líder da Transparência e Integridade, considera que este facilitismo cria “um risco de haver inconformidades e, se calhar, muito amiguismo e muita corrupção”.

A análise do Portal dos Contra-

tos Públicos (PCP) revela que, de meados de março a 23 de abril deste ano, o ministério liderado por Marta Temido fez, por ajuste direto, 17 aquisições a sete empresas de valor superior a um milhão de euros, no total de 79,8 milhões de euros.

LÍDER DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE ALERTA PARA RISCO DE CORRUPÇÃO

As compras foram feitas às seguintes empresas: sete contratos com a GLSMED TRADE, por mais de 33 milhões de euros; três contratos com a FHC - Farmacéutica, por mais de 13,72 milhões de euros; três contratos com a Mo-

dalfa - Comércio e Serviços, por mais de 11 milhões de euros; um contrato com a Quillaban, por mais de 9 milhões de euros; um contrato com a Clothe-Up Desenvolvimento Têxtil Unipessoal, por quase 7,82 milhões de euros; um contrato com a Pergut Portugal, por 3,5 milhões de euros; e um contrato com a Fapomed - Dispositivos Médicos, por quase 1,59 milhões de euros.

Nenhum contrato de aquisição destes negócios foi publicado no PCP. Enquanto central de compras da Saúde, a SPMS alega que “a aquisição por ajuste direto por motivos de urgência imperiosa dispensa a redução do contrato a escrito, sendo sufi-

PORMENORES

Regime excepcional

O decreto-lei nº 18/20, de 23 de abril último, reforçou o regime excepcional simplificado do ajuste direto, autorizando a dispensa do contrato escrito em contratos por ajuste direto.

Fiscalização em causa

A SPMS diz que as compras estão sujeitas a auditorias do Tribunal de Contas, Inspeção Geral das Atividades em Saúde e Inspeção Geral de Finanças. Sendo o regime excepcional, Batalha contrapõe que devia haver já um controlo apertado da despesa.

ciente o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário”. E acrescenta: “Nestes documentos encontramos patentes as obrigações e os direitos dos contraentes, salvaguardando as posições das partes, designadamente das entidades do Ministério da Saúde”.

Mesmo assim, a SPMS não publicou estes documentos no PCP. Para o presidente da Transparência e Integridade, “não havendo contrato escrito, não sabemos em que termos o negócio foi feito. E acrescenta: “E uma receita para um potencial desastre”. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

